

Governo define

Econ. Brasil.

o novo plano econômico

10 MAR 1988

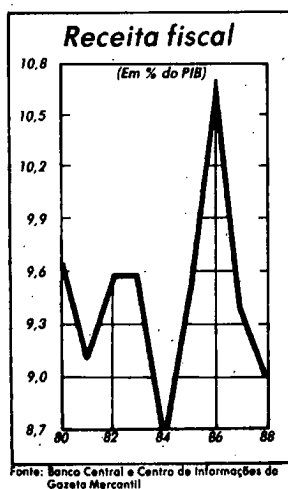
por Celso Pinto
de Brasília

O governo está montando uma série de medidas de ajuste econômico que, em princípio, deverão ser anunciadas nas próximas duas a três semanas. Elas são uma pré-condição indispensável para negociar, em abril, um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O principal esforço, como se sabe, será tentar comprimir os gastos com salários do setor público. Nas conversas preliminares com o FMI, em Washington, no mês passado, ficou claro, para ambos os lados, que esta é a área crítica.

Um grupo de técnicos do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Planejamento (Seplan) está examinando, contudo, um leque muito mais amplo. A intenção é tomar uma série de providências que possam caracterizar as bases de um programa econômico com um mínimo de consistência.

A atenção central está na área da política fiscal. A previsão para este ano é



que a receita tributária caia de 9,4% do Produto Interno Bruto (PIB), registrado no ano passado, para 9%. Essa queda torna ainda mais dramática a pressão dos gastos salariais.

Na verdade, os aumentos nesses gastos foram fixados, no segundo semestre do ano passado, numa série de reajustes simultâneos de salários para categorias como os militares e os professores, além da fixação

de isonomia entre várias categorias. A despesa adicional começou a incidir neste ano, e parte do adicional ainda irá engordar a conta dos próximos meses.

A idéia de simplesmente congelar a aplicação da Unidade de Referência de Preços (URP) por três meses está afastada. Até mesmo os credores e os técnicos do FMI a consideraram muito drástica e iníqua, na medida em que puniria indistintamente quem ganhou aumentos substanciais de salários e quem não ganhou coisa alguma. Estudam-se várias alternativas a essa idéia. Certamente algo será feito para cortar os gastos nessa área.

Mais uma vez a área econômica passa em revista os subsídios e incentivos fiscais, em busca de alguma conta em que possa enxugar despesas. Na área dos estados e municípios, a principal preocupação é fazer cumprir estritamente a regra de que eles deverão, neste ano, pagar 25% de suas dívidas externas. Hoje, a decisão de rolar apenas 75% das dívidas é do âmbito da Secretaria do Tesouro. A intenção é criar mais obstáculos formais a eventuais pressões para ampliar a rolagem, remetendo qualquer alteração, pelo menos, para o âmbito do Conselho Monetário Nacional.

Os técnicos estão estudando também a execução do orçamento de crédito, que embute os créditos agrícolas e alguns subsídios como o do trigo. O objetivo é tentar fixar metas de gastos que possam ser cumpridas, realisticamente, sem sobressaltos.

O leque do que está sendo discutido é amplo. Passa pelas regras dos aumentos de preços, pela política monetária, pelo orçamento das estatais, pela revisão do Orçamento da União e por uma avaliação mais rigorosa do orçamento da Previdência Social, fonte potencial de confusão neste ano.

Sem um conjunto mínimo e coerente de medidas econômicas, não será possível fazer um acerto com o FMI. Também não há nada mais a conversar com o Fundo antes que um programa econômico esteja delimitado.

(Continua na página 3)

10 MAR 1988

Governo define o ...

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Por essa razão adiou-se a saída da missão do FMI do final de março para abril. Na realidade, os técnicos do FMI virão quando o Brasil tiver tomado uma série de providências que viabilizem o começo de conversa.

Os primeiros contatos com o FMI mostraram que a instituição está consciente dos problemas políticos para se fazer qualquer ajuste mais sério neste ano. Ficou claro, nos contatos já feitos, que o FMI poderá relativizar o acerto deste ano, desde que seja possível trabalhar num programa bem mais duro para 1989.

O centro dos problemas é o déficit público. A área externa é considerada tranquila. Não se falou claramente, até agora, em números para o déficit deste ano que o FMI pudesse considerar razoáveis. Mesmo assim, alguns técnicos ficaram com a impressão de que o "staff" do FMI aceitaria discutir em torno de um número próximo a 4% do PIB. Um ponto, obviamente, está dado: a direção do FMI jamais aceitará qualquer programa que projete um déficit igual ou apenas marginalmente inferior aos 5,4% do PIB registrados no ano passado.

Um dado básico para essa discussão é saber qual o déficit público potencial deste ano, isto é, a quanto ele iria caso nada fosse feito para contê-lo. Assessores do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira fizeram essa conta quando deixaram o governo, no final de dezembro. Chegaram ao número de 8% do PIB. Técnicos da atual equipe dizem estar trabalhando com um número pouco menor, mas na casa dos 7% do PIB e não dos 6% como se tem repetido.

Isso quer dizer que a simples contenção do déficit para 4% do PIB já implicaria um grande esforço e dependeria da aprovação de várias medidas de ajuste. Para o "board" do FMI, no entanto, que nunca trabalhou com conceitos como "déficit potencial", o corte do déficit de 5,4% do PIB em 1987 para 4% neste ano, seria considerado como pouco mais do que simbólico.

O "staff" do FMI opera com esse dilema. Na verdade, há indicações de que os técnicos do FMI preferi-

riam não discutir um acerto com o Brasil agora, dadas as dificuldades políticas. O acerto com o FMI, contudo, deverá sair, com o estímulo do governo norte-americano, por ser condição prévia indispensável para facilitar o acordo com os bancos e abrir espaço para acertos com o Clube de Paris e com o governo japonês.

Para 1989, certamente as exigências de ajuste serão mais estritas. Mesmo que o FMI não chegue a pedir a eliminação do déficit público, com certeza insistirá em torno de um número muito baixo.

O governo quer evitar a divulgação de "pacotes" de medidas econômicas. A estratégia que vinha sendo aplicada era a da aprovação sucessiva de providências.

A primeira foi o congelamento dos créditos ao setor público, a segunda deveria ter sido o congelamento da URP para o funcionalismo. Em seguida, poderia haver algo ligado à revisão do orçamento da União.

Mesmo sem a aprovação de medidas adicionais, a área econômica tem procurado adiar gastos. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, tomou posse em janeiro e até agora não assinou uma única liberação de recursos que não os obrigatórios, como gastos com salários. A única exceção foi CZ\$ 1 bilhão aprovado para ajudar o Rio e o Acre em função das enchentes. Os adiamentos incluem gastos com programas sociais que, na prática, acabarão com recursos minguados pelo efeito inflacionário.

Outra área onde haverá um aperto será no crédito dos bancos oficiais. A mudança no comando do Banco do Brasil (BB) torna essa medida mais factível. Tanto a Caixa Econômica Federal (CEF) quanto o BNDES já foram avisados das intenções de austeridade.

Até segunda ordem, o atual orçamento da União, elaborado com uma inflação de apenas 120%, continuará sendo cumprido como se fosse para valer, o que significa um forte arrocho.

Tudo isso ajuda a curtíssimo prazo, mas é insuficiente para garantir algum equilíbrio mais consistente a médio prazo. O FMI e os bancos credores sabem disso.